

De Volta para o Princípio: Ensaio sobre o Resgatar Identitário

Júlio César Ribeiro¹

Resumo: A questão da identidade remete ao onde e como está o ser no mundo. Trata-se de uma relação entre ser-estar-pensar. A identificação objetiva e subjetiva define quem somos, como e para onde caminhamos. Ao lado da identificação, desidentificações são criadas por aqueles que querem submeter a maioria a seus desígnios e que, para tal, se valem da força bruta para destruir identidades outras. Começa a guerra sígnica e objetiva. A identidade cambia entre imagens idealistas e materialistas. Já não é mais fenômeno espontâneo, como no princípio da evolução. Hoje, a identificação da própria identidade é questionada, seja porque envolve ideologia, seja porque contradiz ao que está (im)posto. Além do que, a identidade é povoada por uma falsa democracia agregativa, a partir de objetos materiais e objetivos alienados. Revisitamos a problemática não só para identificar a identidade, senão para trançar o ponto nodal crucial do ser socioespacial, aquele que lhe permitirá dar o salto sobre si mesmo, capaz de unir de um modo não antagônico e doentio o nível microcelular da identidade física com o plano macroescalar do planejamento socioespacial. A identidade real precisa tomar essa bússola por princípio. Então... de volta ao princípio.

Palavras-chave: identidade; poder; região.

De Vuelta al Principio: Ensayo sobre el Rescatar de la Identidad

Resumen: La cuestión de la identidad remite al donde y como está el ser en el mundo. Se trata de una relación entre ser-estar-pensar. La identificación objetiva y subjetiva define quién somos, como y para donde caminamos. Al lado de la identificación, desidentificaciones son creadas por aquellos que quieren someter a la mayoría a sus designios y que, para tal, se valen de la fuerza bruta para arruinar identidades otras. Comienza la guerra inmaterial y objetiva. La identidad cambia entre imágenes idealistas y materialistas. Ya no es más fenómeno espontáneo, como en el principio de la evolución. Hoy, la identificación de la propia identidad es cuestionada, sea porque envuelve ideología, sea porque contradice lo que está (im)puesto. Además, la identidad es poblada por una falsa democracia agregativa, a partir de objetos materiales y objetivos alienados. Revisitamos la problemática no sólo para identificar la identidad, sino para entrelazar el punto nodal crucial del ser socio-espacial, aquel que le permitirá dar el salto sobre sí mismo, capaz de unir de un modo no antagónico y adolecido el nivel micro-celular de la identidad física con lo plan macro-escalar de planificación socio-espacial. La identidad real necesita tomar esa brújula por principio. Entonces... de vuelta al principio.

Keyword: identidad; poder; región.

¹Professor de Geografia na UFMS/Três Lagoas. Membro do CEGeT/UNESP e do CEReS/UFMS. E-mail: jcezarr@hotmail.com

À GUIA DE INTRODUÇÃO SOBRE IDENTIDADES SOCIORREGIONAIS

Tudo o que era sólido desmancha no ar².

Agora é noite na sua existência
Cuja essência perdeu o lugar
Talvez esteja aí pelos cantos
Mas está escuro pra poder encontrar.
Se você correu, correu tanto
E não chegou a lugar nenhum,
Baby, oh baby, benvinda ao século XXI³.

O que não pode ser que não
É o que não
Pode ser
Que não
É⁴.

Matrix não pode te dizer quem você é⁵.

A questão da identidade, com alguma audácia e não isentos do engano, receberam um bom empurrão na que ficou conhecida como segunda etapa do filosofar grego, a *prisca* era ocidental eternizada como socrática, quando o sábio se punha a perscrutar a humana moral. As contradições rapidamente desabotoaram, com a *pólis* servindo de palco à evolução da *epistéme* (conhecimento), deixando ao rural a *polimatheia* (saber esparso, mítico, senso comum). Já nesta quadra, o saber carregava a função ideológica, disciplinadora, classista.

É laborioso, entretanto, protestar contra a anterioridade da identidade, junto até aos primeiros humanoides, que demonstravam, como os demais grupos do reino animal, disposição para andar em bandos, por evidenciar símeis caracteres.

Fruto do saber histórico como das intencionalidades (coletivistas ou privilegiáveis) desabrochadas com a evolução do ser, a identidade penduleou entre idealismo e materialismo, simetria e dessimetria, distanciamento e aproximação.

O arrolamento de outros conceitos, como o de região, por exemplo, pode auxiliar no trato da identidade. Veremos, então, sobre a condição situacional do ser e estar socioespaciais, tanto quanto sobre a consciência desenleada no movimento de totalização do real. Numa expressão, sobre a relação entre ser-estar-pensar; até

² MARX; ENGELS, 1998, p. 11.

³ Século XXI, Raul Seixas e Marcelo Nova. CD *A panela do diabo*, São Paulo, WEA, 1989.

⁴ O que, Titãs. CD *Cabeça Dinossauro*, São Paulo, WEA, 1985.

⁵ Trechos do primeiro filme da trilogia *The Matrix* (Direção e roteiro: Andy Wachowski e Larry Wachowski. Produção: Joel Silver. Distribuição: Warner Bros. EUA, 1999).

porque a identidade do indivíduo cruza com a social (relação homem-sociedade), tanto quanto atravessa aquela espacial (relação sociedade-espço).

Consoante ao modo de produção econômico dá-se a produção de identificações imateriais. Não almejamos declarar, no entanto, que a identidade erija e obedeça excepcionalmente ao substrato econômico. Há distanciamento e complexificação dos compostos culturais (culinários, esportivos, sexuais, etc.) para com a base econômica. Inexiste a cisão absoluta.

Devido à dialética entre economia e cultura, anelamos interpretar a identidade baseados nalgumas variáveis. Confiamos que, por ser vasto e variado o marco do pertencimento (à tribo, grupo, etc.), a identidade deve cruzar, principalmente em sociedades antagônicas, com o temário da classe, mormente a *para si* (RIBEIRO, 2009). Do que aludimos que o ponto de encontro à proto-identidade pode ser fosco e prismatizado (reclames: sexual, ambiental, trabalhista, pacifista, etc.), mas o de “chegada” ao transe societal carece subir o degrau da catapulta classista, expedindo o sujeito ao *lugar* ocupado na engrenagem da exploração (econômica, cultural, ecológica, etc.).

O metabolismo hodierno encharca o ser de alienações diversas, adversas. Torna a “identidade” menos uma unidade concreta e mais uma unificação abstrata. Estamos sob o reino das *reificações alienantes*. Longe ficaram as identificações homem-sociedade e sociedade-espço diretas, reais, ingênuas até, respeitantes a sociedades aclassistas, envoltas em *mediações de primeira ordem*, iludidas, no máximo, por *reificações inocentes*.

Por memorarmos que os conceitos (concreto em pensamento) são “roupagens” e que os “costureiros” (conceituadores) estão vestidos pela sociabilidade contextual (que os enlaçam, muitas vezes, como camisas de força), confiamos ser primordial a captação da tintura ideológica que recobre a realidade para manter coloridas as vestimentas da moda (conforme os designers).

Alvitramos excursar sobre os conceitos sem deslembrar que a classificação remete aos classificadores, apontando às classes: o verdadeiro mirante mediante o qual avistamos o real, divisando-o das miragens espargidas pelos que ocupam o andar súpereo do edifício do poder.

Tentemos assentar as “coisas” nos seus devidos “lugares”...

O DISSEMINAR DO PODER SEGREGATÓRIO: A FORMA E O PROCESSO, A REGIÃO E A REGIONALIZAÇÃO

Sabemos que nem todo poder é segregatório. Pode ele servir como transferência coletiva, momentânea, consciente, da efetividade decisória a alguém que representa, de fato, o ser (PAULO NETTO org., 1981). Como oportuniza, sob o regime classista, que seja segmentada a liderança das massas.

Como o poder, a autoridade nem sempre desemboca, qual basta enxurrada, na foz do autoritarismo, como querem anarquistas desavisados e humanistas subinformados.

O que tem a discussão a ver com a região?

A região, como o espaço, já foi ideada como constituição humana que peregrina ao plano divino, no sentido do reencontro de Deus com a sua exterioridade alienada (humanidade e mundo-matéria). Visão que não procrastinou a emplacar o viés classista, de algumas partes serem naturalmente mais afeitas ao desenvolvimento, notadamente pela riqueza de recursos nelas presentes por obra de generosidade divina. Não demorou daí, a que fosse criada a xenofobia socioespacial, no sentenciar de que alguns povos e regiões são mais evoluídos que outros. Houve até, como na Prússia de Bismarck do final do século XIX, na iminência de desequilíbrios entre população e recursos, os que se outorgaram o direito de apossar de recursos alheios, tendo a ação por naturalmente justificável, seja pelo relevo do mais forte (teoria ratzeliana que quis motivar uma espécie de darwinismo social), seja pela condução do desenvolvimento técnico às gentes e lugares subevoluídos (ideologia de que os desenvolvidos social e economicamente também o são moralmente).

A ideologia imperialista prussiana disputando hegemonia com a francesa e outras mais, precisamente por sua tardia unificação. Perfilava ela os meios de dar a arrancada econômica exatamente quando os traços feudais eram internamente secundados e, exteriormente, o capitalismo dava mostras de abandonar o condicionamento concorrencial. Os prussianos precisavam correr “contra o tempo” e, literalmente, “contra os espaços” de outrem.

O duelo econômico transbordou no ideológico. A academia municiou a lide, em ambos os solos (alemão e francês). O aparelho ideológico cumpria com a sua obrigação, ofertando ao Estado os painéis para o estender econômico e territorial.

Depois, com o findar do século XIX e o penetrar do XX, a *intelligentsia* ocupava-se em engendrar a mão de obra tecnicamente instruída para fazer girar a endentação do capital, sob a supremacia espacial do capital monopolista.

Foi vital nessa conjuntura a inspiração do sentido ideológico de Nação, para fazer crer que o corpo territorial encarnava a alma populacional (ou pior: da raça, pela equiparação do etnocentrismo ao geocentrismo).

Fortalecia-se uma modalidade de pseudoidentidade que movia gentes e fronteiras. Unificada foi a identidade entre ser social e estar territorial (em um percurso que recuava ao Renascimento e à formação dos Estados modernos).

Recheados pelo pensar hegemônico, foi tão vigorosa a ideologia aos países centrais que os controladores não recusaram em dar aos trabalhadores maiores migalhas para retroalimentar o metabolismo do capital com um consumismo inflado (caso da ideologia keynesiana do bem-estar social). Em países periféricos, como o Brasil, nem foi preciso tanto: o território do país enraizou uma unidade abstrata tornada concreta na (in)consciência do ser alienado. Eis o predicado emblemático dos referenciais pátrios, que vão do amarelo das riquezas (concentradas) ao verde das matas (devastadas, junto com o abate dos silvícolas), até altear o azulcelestes (duma atmosfera poluída, propícia ao despejar de chuvas ácidas e ao transitar de ciclones e tornados, como ao alargar dos buracos na ozonosfera) para, por fim, descansar a visão no feixe alvo do signo-mor nacional (de uma paz feita silêncio, na marra do dito e do ditatorial).

Divinalmente diversas ou socialmente heterogêneas, as regiões eram recortes territoriais usurpados ou, minimamente, já espreitados para este fim. Para alguns, aludiam a áreas onde as diferenças internas eram menores que as cotejadas com os arredores. Uma unidade de diversidades semelháveis, sistematizáveis.

E o ver (visão) cumpria a obrigação do “encaixilhar” regional pelo agregar dos componentes (vegetação, clima, altitude, maritimidade, continentalidade, etc.), sobretudo pela vegetação e pelo clima, sendo a primeira a veste superficial do corpo territorial e, o clima, qual artista plástico, a alma que o esculpe.

Qualquer que seja a conceituação, percebemos o desluzimento do olhar do autóctone. Não querem a razão (pensar) nativa. Não querem o seu arranjo (estar espacial). Geralmente, nem a sua presença (ser) é quista.

Na mais embrenhada raiz, região vem de *regere*, dominar, governar. É político, militar e classista o seu matiz.

A região (forma) e a regionalização (processo) sinalizam à confrontação intersocietal, com a costumada sobrelevação do ser classista. Fórmula da equação: a regionalização de uns implicará na desregionalização ou desambientação doutros. Apoderamento e despossessão são faces da moeda do antagonismo interespaçial.

Mas não podemos nos deixar seduzir excepcionalmente pela contradição capital/trabalho. Esta é a contradição fundamental, mas também reina o contraditório na esfera capital-capital.

Onde a força do capital se regionaliza, padecem as disposições geográficas predecessoras, ou são elas reinventadas pela refuncionalização forânea.

Muito foi escrito sobre cidades-fantasmas. Estaríamos perante regiões fantasmas? Certamente. A morte da região desvela o desenlace dos nexos socioeconômicos. A região vira área. A população, no geral, torna-se andorinha, pássaro errante, incapaz de um seu território próprio poder ninhar.

Distintamente do passado, cada vez mais as regiões estão em rede, pois é a rede o que organiza o espaço (MOREIRA, 1995). Resultado: partes dos espaços nacionais (regiões) são regidas (regência) por verticalidades transnacionalizadas (*join ventures* ecatedrais financeiras p.ex., cujos agentes alienígenas injetam as intencionalidades nos cérebros dos lacaios apátridas), para dar continuidade a seus projetos regionalizantes (entenda-se: econômico e territorialmente expansivos).

As regiões nacionais tornam-se sobprodutos de redes multimodais globais. A regência sempre mudando de chão. Não de direção. É classista e hegemônica o seu desdobrar funcional; altera, se muito, a base territorial captadora dos fluxos econômicos, se nacional ou adventícia.

É possível uma contrarregionalização a partir do espessar das contraespacialidades e heterotopias alternativas? Tudo indica que sim, desde que o contrapoder e a contraeconomia, nos termos de Bihr (1998), consigam instituir aquilo que Moreira (2008) designou por contraespaços.

Até que ocorra, essa é a “verdadeira” identidade da região, infligida habitualmente de fora, por cima, para os de cima do cone societário.

Imperioso esquadrinhar as identidades reais. É difícil encampar mudança sem cogitar a *quem*(ser) ela interessada, como e onde o sujeito *está*(atributos do estado dos *tópos*), para onde *quer* ele caminhar (utopia do pensar).

ENTRE POLIFONIAS E DESCONCERTOS DE CONCEITOS: ESQUADRINHANDO IDENTIDADES E DESIDENTIDADES

Identificar o conceito de identidade talvez seja das mais hercúleas tarefas, porque, entre outras coisas, parece ela derivar da volição pessoal pelo compartilhar.

Já foi dito, porém, que a identidade não pode ser definida em-si. Não é facilmente reconhecível e mecanicamente transferível. Ela está lá fora. Passa pelo *outro*. Define-se na alteridade. Está na relação. Atine a uma unidade no pensar (concreto em pensamento) sobre a multiplicidade do empírico (concreto real diverso). Não é um estado final, mas um processo, ou alienado ou consciente.

Outro não é o motivo de a dialética da sua manifestação reverberar da comunhão entre indivíduo e sociedade, internalidade e exterioridade, *input* e *output*, afirmação e negação, apego e desapego.

Acerada por antagonismos, nunca é apaziguada a relação entre indivíduo e ser, na dimensão psicológica (colisões ego/superego) ou biológica (nutrir mortificante⁶).

Identidades abstratas são como fetiches. Fetiches são como feitiços. Feitiços fazem a produção impor-se ao produtor e o lobo devorador camuflar-se de pastor.

O afinamento dos universais metafísicos burgueses reflete a relação de estranhamento. O produtor não se identifica com a obra. Não se identifica com o mundo. Não se identifica consigo. É o alheado estranho a si, ao mundo, ao outro. Comente a identidade não vai além do documento oficial que retrata a personalidade abstrata, qual fotografia da fotografia aparente, desmembrada da conflitualidade que entranha o angustiado existir.

A afirmação do ser na relação ressoa numa toda acomodação, desigual e combinada. O afirmar (des)caminha com o desafirmar. O identificar com o desidentificar. Não foi o que sucedeu com os *outros* de muitos *nós* possíveis?

⁶Majora o número de pesquisadores que vaticinam que a piora da qualidade dos alimentos é a responsável pelo aumento das doenças e que deveria ser mais vigiada a biotecnologia.

A destruição da identidade deste é *conditio sine qua non* de um sistema estável de dominação. A colonização físico-material requer a colonização mental para que possa realizar o fim último de qualquer sistema de dominação: a exploração perene do submetido.

A destruição da personalidade de um sujeito histórico é um processo extremamente violento que, em geral, se realiza mediante a aplicação massiva do terror. Isto explica o fato de que encontremos basicamente os mesmos mecanismos de terror nas colonizações européias e nas práticas “científicas” de tortura nos regimes totalitários atuais.

É eloqüente, a respeito, o paradigma metodológico imperante em determinados setores da psiquiatria behaviorista contemporânea: conceitualiza a mente humana como uma fita magnetofônica que no caso de sintomas “patológicos” deve ser apagada mediante choques elétricos e outras medidas de tortura que implicam uma maior carga de energia traumatizante que a da “síndrome” a fim de “regravar” a “fita” com o discurso da “nova ordem”. Esta analogia é útil como matriz de interpretação teórica porque permite entender tanto os mecanismos utilizados para a destruição do mundo mental dos submetidos como os mecanismos empregados para sua adaptação à civilização do conquistador.

Uma vez conseguida a destruição *sui generis* do sujeito histórico o volume do terror físico pode diminuir, já que sua função é assumida, em grande parte, por mecanismos de doutrinação ideológica (STEFFAN, 2000, p. 73).

O processo, obviamente, não é retilíneo. O *outro* não é só demudado pelo alóctone. É modificante de *si* e do autorrepresentado *melhor*. (Afinal, o nativo foi importantíssimo ao Renascimento do *eu* europeu que, em nível cultural, perfilhava-se por aquelas bandas, sob muitas nuances, natimorto, sobretudo pelo homicídio dos *outros* nestas paragens do mar-oceano)

Mas, não só os autóctones, *outros* poderiam servir como elo ao resgate de *nós* mesmos. Afinal, o renascimento de *uns* está agrilhado ao falecimento de *outros*, seja nos séculos que fogem à memória, seja neste atual que corre.

Dada a multiculturalidade do ser e a relacionalidade identificante da brasilidade, realizemos um diálogo entre os amnésicos *eus*, *nós*, *outros*...

INÉRCIAS SOCIOGEOGRÁFICAS: A PELEJA ENTRE IDENTIDADES HEGEMÔNICAS E ANTAGONÍSTICAS

Por mais que seja incógnito o evento, sempre existiram hibridização e mestiçagem (GRUZINSKI, 2003). Ao lado da ocidentalização, operam forças de africanização, orientalização, etc. (IANNI, 1999).

Incorreto asseverar que todo e qualquer pensar seja tragado à calculadora do sistema (vejam as culturas de rua que buscam fazer aquilo que o mundo de fantasias do capital não vence: satisfazer o plano espiritual dos seres). Certa, contudo, a

captação da memória e do imaginário pela vertente dos dominantes fundamental, visto não serem poupadas agressões físicas e simbólicas para a radicação de suas metas. Opera a capitalização da oposição (vejam a estética e os comportamentos modelados pelo sistema, as novas *modas* filtradas dos movimentos rebeldes – *Rebeldes*, aliás, virou tema de programas televisivos).

O renascentista La Boétie (1982), inconformado com o bentar do processo no ninho, já demonstrara as causas geratrizes do desencontro dos coletivos com a liberdade, possibilitando entender o porquê de a *gente toda nova* escolher servir a si e não a um senhor. Concomitante à conservação da *servidão voluntária* e da tirania pelo europeu, cujo paladar deixou de saborear o prato da liberdade, processou-se o esquecimento de si como seres naturalmente racionais, livres e iguais, passando cada qual a planejar a ascensão garantida reprodução nos outros de tudo aquilo a eles aferido, para prospectar a metamorfose em tirano ou, ao menos, de o mais próximo dele vir a estar para usufruir das regalias da distinção.

A perda da liberdade deu-se por obra da liberdade, ocasionando o *infortúnio* denominado por La Boétie e o *mau encontro* assinalado por Chauí (1999).

Nalgumas vezes, de tão admirado o *outro* se torna invejado, evitado, culpabilizado por ambiguidades e ambivalências acender. Transforma-se ele em parceiro do ressentimento e do ódio. O ódio, assim, nasce do amor. No Descobrimento/Encobrimento de séculos atrás ou nestes que escorrem, a competitividade substitui a competição e o *eu* continua a evitar reconhecer-se como desumanizado e acostumado com a arte do terror, da subserviência e do despotismo.

Mas, por que o retomar histórico para tratar de algo tão atual e candente? Porque o passado pode iluminar o presente e o futuro; porque a (des)identidade confunde-se com a invisibilidade e a mudez; porque a aposta tem que ser pelo reconhecimento da mais arraigada identidade, pois, sem apelar a um escalonamento estruturalista e não obstante a multiplicidade de pontos primários à aproximação, o ponto-ponte à convergência essencial é o da classe⁷.

⁷Sabemos que essa não é uma fórmula final. Alguns dirão que os países que experienciaram as revoluções, ao invés de ampliar a democracia, impuseram cerceamentos mil. Mas tais países chegaram ao andar pós-capitalista, emperrando na contrarrevolução com o abandono da revolução permanente, da revolução dentro da revolução, da reidentificação seguinte a partir das identidades transitivas. Enfim, ao renunciar a afirmação do caráter *transitório* das coisas.

Um exemplo da luta entre forças desidentificantes/identificantes ocorreu no quicentenário da dita Descoberta. 500 anos após o primeiro (Des)Encontro ali havido, Coroa Vermelha assistiu as massas se aglutinarem para entoar voz. Malgrado a oficialidade do discurso propalado, a ira com que foram recebidos mostrou que o desrespeito e a intolerância persistem acintosamente, evidenciando que as águas da História que banham a sociedade-contidente são de um vermelho-sangue que flui e reflui na margem da opressão do corpo, da palavra e da imagem. Descaracterizando, desqualificando, desclassificando... desidentificando polifonias dissonantes.

Não bastasse a caudalosa lavagem cerebral, inda hoje é reproduzida entre os *outros* uma amálgama multivariada de religiões. As tradicionais não foram integralmente dinamitadas. Notabilizam-nas o sincretismo. Impossível, porém, negar os ataques às visões de mundo. São provas disso a re-hierarquização endógena, bem como a revalorização das coisas e dos seres (do papel dos mais velhos à cultura tradicional, como a transmissão oral na língua materna, os instrumentos e técnicas cumuladas, passando pela fundação de reservas que acelerou a mutação, quando geografias externas substituem de vez as seculares).

Ponderações, como a de Lévi-Strauss, de que as culturas não devem ser diferidas entre si ou a partir dum único patamar não tiveram eco. Os *outros* são geralmente versados como inferiores culturais: homens incompletos; metade animais, metade homens; não homens⁸ – e a íse o antropo(euro)centrismo aventava a existência quantitativa doutros homens no orbe, o fazia sem igualação qualitativa⁹.

⁸Os *outros* não divergem do preconceito entornado adimensões variadas do humano, como o outorgado às mulheres, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e pela correlata dependência histórico-geográfica engenhada entre os sexos; mormente na sociedade atual, cuja inferiorização é sinônimo de lucratividade. Aliás, não devemos esquecer que há pouco tempo foi descoberta a importância do óvulo na procriação. Até aí não passava a mulher de canteiro onde se desenvolviam sementes masculinas, predominando uma visão que chega ao Aristóteles, de a mulher existir como “homem inacabado”. Devido à subserviência, consideraram John Lennon e Yoko Ono a mulher o negro do mundo, o escravo do escravo (*Woman is the Nigger of the World*, John Lennon e Yoko Ono, CD *Live in New York City*, Gema, 2009). Pouco conta a qualidade do trabalho, o sexo precede o valor de troca do esforço. Assim como existe preconceito contra nordestinos, “deficientes”, etc. Capitaliza-o o sistema. A inferiorização barateia o salário e amplia a mais-valia receptada pelo burguês.

⁹Vale lembrar que os “ameríndios” foram formalmente considerados humanos aos olhos europeus na bula papal de 1537, pela qual o Papa Paulo III afirmou se tratar de “seres humanos como os demais homens”. A declaração não barrou a escravização, por parte de colonos, da Coroa ou dos missionários (não obstante as contradições internas à Igreja). Cosmovisão, de não humanos, que perdura, sobretudo, na Amazônia, onde os interesses dos empresários e políticos são considerados tolhidos por esses “bichos”.

Também não desejamos, por dualismo, negar os avanços da ciência e do trabalho; em que pese haver uma sugestiva alfinetada mental na ideia de Simón Rodríguez, professor do libertador Simón Bolívar, lembrada por Foster na *Apresentação* do livro de Mézáros (2007, p. 16), de que “Se, para produzir tesouras de unhas que sejam excelentes e baratas, temos de reduzir os trabalhadores a máquinas, muito melhor seria se cortássemos nossas unhas com os dentes”.

Chegou o progresso. Até Marx anuí, é benvindo (exceção a tecnologias que deverão ser rediscutidas). O problema está na função que engravida as formas, rebentando destruições de toda cepa.

A objetificação do trabalhorenega ao criador a posse ea fruição. Com o alheamento objetivo e subjetivo, opera o rebaixamento do dominado para com os objetos produzidos, metamorfoseando-se num seu objeto de qualidade depreciada.

A desidentidade não encontra na mercadoria a arqui-inimiga. Há uma teia de relações fetichizadas entretecidas entre os indivíduos como normais e inquestionáveis. Aqui o consenso inconscientemarca presença e a *servidão voluntária* segue a rota quase sacra da legalidade.

A alienação consiste em ocultar ou distorcer fatos reais. No mundo coevo, agrava-se a situação. O signo, que representava na mente o real, desse plano distancia-se a ponto de falsificá-lo, numa inversão negadora do real e pelos pós-modernos qualificada como simulacro, e que, no marxismo, ficou convencionado chamar dereificações alienantes.

Reifica-se a paisagem distorcida. Questionar redundava em indiferença, repulsa, heresia.

Mas, a contragosto dos desgostosos, é rompido o estado de inércia sociogeográfica.

São transgredidas as fronteiras da Identidade. Coisas, seres e relações insinuam o que nunca poderão.

Detenhamo-nos um pouco mais no des(re)fazimento das cosmovisões (índia, não índia, machista, branca, etc.), a partir dos primeiros, segundos e seguintes (des)encontros.

A construção da Identidade, crível quando consubstanciada a aproximação dos sujeitos entre si e com as coisas, sobre como “*ser*, que animal comer, como morar, a dividir o tempo, como se relacionar com os deuses (...) uma maneira de

comer, de viver, uma etiqueta própria etc.” (SILVA, 1982, p. 121), efetiva-se mediante o livre arbítrio das partes-individuais do todo-grupal, em relação a alguma causa ou coisa. A identidade responde à “situação de existência coletiva caracterizada pela vivência de muitos momentos históricos e que se expressa pelo sentimento de pertencimento e referência grupal comum” (ZORZATO, 1998, p. 175). Pois, “A identidade de um sujeito individual ou coletivo é o compasso ou a bússola que orienta sua odisséia através da história” (STEFFAN, 2000, p. 73). Atine ela a um tipo de georreferenciamento objetivo (que trabalha com informações geográficas do mundo externo) e mental (que debate os arranjos interiores, de valores e temores; algo próximo ao mapa mental perquirido pela Geografia Humanista, da Percepção, de orientação Fenomenológica).

Não só isso. A percepção deve ser levada para além do nível físico-biológico do *homo sapiens*, firmando-se como uma constante nos sistemas biológicos em geral.

Sobre o Homem, pode a identidade ser definida como uma componente da estrutura imunológica e defensiva do corpo a ataques virais, efetivada pelo marcador-chave denominado autoproteína (*self protein*), descoberto nos anos 1960 por Doherty e Zinkernagel, como pode ser equiparada ao processo responsável pelo funcionamento do sistema neuronal e celular que singulariza cada indivíduo (uma vez que o neurônio possui a capacidade de processar individualmente as informações, assumindo uma “personalidade própria”). Donde se conclui que:

As bases materiais da identidade são comuns a todos os sistemas biológicos: são bioquímicas e elétricas ou eletrônicas. O que diferencia a identidade humana da de outros sistemas biológicos é a sua maior complexidade que, por sua vez, é uma função da maior complexidade organizativa da matéria do sistema cerebral. É este grau superior de organização da matéria cerebral que explica porque o componente cultural da identidade humana é incomparavelmente maior do que o dos mamíferos mais avançados, dando-lhe um lugar excepcional e particular em uma eventual teoria geral da identidade e uma transcendência dentro da evolução das espécies (STEFFAN, 2000, p. 71).

São repassados os caracteres (social, biológico, psíquico). Mas não de modo intocado; os tocam e retocam o ser, o *topos* e a técnica (trabalhos: médico, científico, literário, etc.). Isto significa que Marx estava mais certo do que pensava, quando proferiu que os mortos continuam a assombrar a mente dos vivos. Não imaginava a influência sob tantos reveses.

Ao mesmo tempo em que são retransmitidos são os caracteres retransformados (não fosse isso, não haveria evolução humana, física, biológica e cognitiva). Pauta a identidade a presença e a ausência, a evolução e a mutação, a preservação e o revolucionamento. E não há problema nisso. O perigo irrompe do movimento abreviado, destrutivo, impositivo, aquele cuja identidade se faz pela destruição biopsíquica dos *diferentes* para criar o falso *mesmo*.

Foi tão assovelado o *diferente* que, também como mecanismo de autodefesa, imitando a alguns animais, quando não fisicamente destruído (escravizado, assassinado), fingiu o *outro* metaforicamente de morto (renegando a si, temporária ou definitivamente). Mas o contrário existe e vários outros (etnias, culturas, etc.) assaz aculturados, negam a cega diferencialidade, a ponto de se visualizarem como o *mesmo*. A estabilidade e a mutabilidade concernem ao lugar, pessoa, solidez e trincadonas esferas da materialidade e da consciência (étnica, grupal, sexual, classista, etc.).

O próprio caráter da brasilidade imbrica-se à *regionalização do poder* que balizou a expansão territorial dum parcela da população. O produto dum filtragem, cimentada na posse e na discriminação, que procurava, instituída pelas elites da região¹⁰, ausentar o *outro* do panorama populacional, ou eternizá-lo como espécime mediocrementemente subalterna e selvática. Destruíam-se os *outros* para edificar o território e “nação” brasileiros (RIBEIRO, 2010)¹¹.

É a pseudoidentidade corporificada na luta infligida pelas armas empíricas e imagéticas, segundo uma relação homem-meio que carrega, ontem como hoje, profundas contrafações subjetivas.

¹⁰Esperamos o momento para aclarar o conteúdo classista da região. Do veio naturalista e utilitarista, aprisionado ao capitalismo mercantil (determinado pelo clima – teoria do determinismo geográfico; destacado primariamente pela vegetação e secundariamente pelo homem – teoria do possibilismo geográfico), transmudou o conceito de região com o objetivo de planejar o capitalismo monopolista (destacado pelo método regional e pela Geografia Quantitativista) até que a consciência classista corresse a estrutura positivista das geografias tradicionais, dando vazão a uma Geografia Crítica, na qual o conceito de região desvenda não os recursos para os capitalistas, mas as máscaras dos regentes que governam o território. Nunca o homem foi regido pelo clima, pela vegetação, por um Deus encarnado privativamente em certos territórios e populações, marcando para o futuro a sua visita pública, nem pelo mal ou por um psiquismo inatista e arquetípico (anima, animus...). Os homens e os territórios são governados por outros homens... por outras classes socioterritoriais (GONÇALVES; RIBEIRO, 2001). Parodiando o ditado, é preciso dar nome aos (donos dos) “bois”.

¹¹Certos teóricos admitem cautela com a decretação apressada do fim dum povo. O fim teórico precoce pode ser negado pela reconstituição prática. Não devemos dar margem a isso, mas, por outro lado, é difícil negar que dezenas de etnias da era colonial, se não desapareceram em definitivo, entraram em sono profundo.

Por isso, ressaltando o resgatar, a identidade delinea-se desde o nível miniescalar da célula neuronal à macrofísica supranacional do poder. A consonância e solidez dependem das relações internas e externas. Ninguém pode negar que alterações no mundo objetivo ferem a psique e que desequilíbrios psicológicos danam a saúde física (fisiológica, bioquímica), prejudicando o relacionar cotidiano.

Identidade mais completa e realista só poderá efetivar-se mediante uma relação intrasubjetiva e intersubjetiva. No âmbito intrasubjetivo, sob as facetas físico-biológica e afetivo-psicológica. Na esfera intersubjetiva, no relacionamento comportamental, interpessoal, entre indivíduo e coletividade, num meio não oprimido.

Receamos incomensuráveis estudos sobre a identidade, em especial os pós-modernos, culturalistas, fenomenológicos... Nunca se escreveu tanto sobre identidade e, numa proporcionalidade inversa, a sociedade esteve tão alienada quanto agora¹². Há que interrogarmos sobre os nexos que (des)qualificam a identidade. Calham as identidades estimulantes a mudanças radicais (raízes reais) ou as sândalos soníferos (falsos florais)?

É indispensável evitar o esfacelamento do conceito, como se tudo, qualquer coisa, pudesse titular-se como fundacional a seres e fenômenos. Há identificações imediatistas, superficiais e, no fim, alienantes. Com o risco de enunciar preferências, entendemos existir uma gradação em nível identitário.

A identidade nuclear, sugeriu Marx e Engels, está ligada à temática da “consciência de classe para si”. O caminho à realização multidimensional necessita dessa movimentação revolucionária, não obstante as aproximações interpessoais poderem rebelar de esferas variadas.

A nervura do real aponta à posição que o indivíduo ocupa no complexo metabólico capitalista¹³. As identidades que poderíamos, talvez apressadamente, ter por ribeirinhas, prestam-se ou a suavizar ou a esconder a situação, lavrando promessas inatingíveis ou jorrando “resoluções” instantâneas.

¹²Especialmente se levarmos em conta que pertencemos à dita era da informação (desinformação?).

¹³Diferente do tempo de Marx, quando era a produção centrada na indústria, pertencemos à fase econômica centrada na circulação. Mudam o “chão” econômico e o “céu” representacional. A muitos sindicatos e organizações sociais cabe a reestruturação (RIBEIRO, 2009). Malaguti (2000) mostrou como a alteração nas trajetórias ocupacionais muda a consciência e a autoimagem do trabalhador, afetando a sua psique e saúde.

Vários são os nexos admissíveis à identidade. Plurais, as formas de comunhão dos elos das correntes da utopia e ação. A pedra angular da ação coletiva deve ser propositiva e revolucionária. A “solução” individual está adernada à ação religiosa, resignada a propensões mercadológicas de inteligência emocional e outras mais de autoajuda, individualista e docilizada. O ponto pode ser ponte. A ponte para levar o coletivo a paragens outras deve ter por argamassa a oposição radical ao regime. Outros traços “unificadores” estão aprisionados nas paredes da estrutura societária, sem poder almejar a realização de verdadeiros sentidos.

A identidade é definida *nae comorelação*, conforme um processo de afirmação/negação, apinhamento/desagregação. A compreensão do ser demanda a percepção lógica do processo que faz (desfaz) o ser (não-ser), na geografia em que está (sem-estar pleno). Pressupõe a coplura dinâmica às forças civilizacionais, mas nunca como xerocópia fiel, senão rascunho, rabiscado, da totalidade social.

A totalidade contraditória possibilita a compreensão do choque psíquico, individual, interpessoal, intertemporal, interespacial, intersocietal.

É vão e vil substituir a proposição benigna do Homem por aquela paradoxal, que classifica-o como o seu próprio lobo, um ser envilecido e depravado na e pela evolução.

Recordemos Engels, que rebateu o anarquismo bakuninista crescente na Itália, afirmando que o exercício da autoridade, fundamentalmente em movimentos revolucionários, é uma exigência das condições materiais e um meio de guiar o trabalho social. De nada valem denominar as funções por *tarefas*, pois a mudança de nome não modifica o conteúdo da relação (PAULO NETTO org., 1981, p. 104).

O ponto chave: a forma e a função da autoridade dependem da estrutura organizacional, pois não há matemática que garanta que da autoridade seja sempre gerado o autoritarismo. Liderança não denota geneticamente subsunção, à moda stalinista, tampouco culto à personalidade. E ordenamento socioterritorial não calha, sempre, à subsunção da maioria pela minoria.

Podemos sim principiar a identificação dos sujeitos pelo jogo de imagens (que fazem de *si*, *denós*, do *outro*), como que os expondo ao espelho comparativo, todavia, para chegarmos realmente a resultados consistentes sobre a essência verdadeira do ser, temos de averiguar o modo de produção material que reproduz inclusive o oculto ideológico da imagem preponderante.

O afã pelo resgate identitário conduz-nos, portanto, ao processo ontogenético pelo qual o renascimento de *uns* corresponde ao falecimento de *outros*, mormente na época em que a *identidade mercantil* passa a ser universalizada, compondo *identidades dissimuladas*. No passado e na atualidade, ardilezas são maquinadas para que *identidades* outras não se constituam sobameaçadoras proporções. Uma das quais é alimentar a guerra (empírica e espiritual¹⁴) entre os *outros* (tribos, grupos, etc.) com promessas de recompensas aos aliados; outra é a transposição das divergências para os dominados, que ficam sem enxergar quem são os maiores antagonistas. Raros os *outros* que se enxergam como *mesmos*¹⁵, unindo-se contra a minoria (invasor de terras, mares, mentes, fazeres, etc.).

O resultado, no geral, é a sutil descaracterização da *identidade real*¹⁶.

A *identidade mercantil* limita-se ao nível microcelular, começando e terminando no sujeito alienado. Não tem referência no coletivo. Qualquer alusão ao coletivo volta-se ao plano individual, presa que está a bens mercadológicos que não só os distingue como os transporta à competitividade. Para além dos dizeres de que todos podem ser iguais com as diferenças, a verdade espinhosa da indiferença. Distinções reproduzidas à destruição, não à afirmação de alteridades.

Quebrado o elo homem-meio, rompem-se os demais anéis da sociabilidade.

Bourdieu observa que:

A razão pela qual a submissão aos ritmos é exigida com tanto rigor é o fato de que as formas temporais ou estruturas espaciais estruturarem não somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo de acordo com essa representação (*apud* HARVEY, 1993, p. 198).

Não é só produto o imaginário. É condicionante. Porta a faculdade da influência social. Está presente nas relações intersubjetivas.

¹⁴ Não só empírica, a guerra pode também ser identificada pelo estado espiritual (vide a Guerra Fria).

¹⁵ Incidente ímpar destes incessantes choques foi a utilização dos *outros* em confrontos contra “estrangeiros” na Guerra da Tríplice Aliança, firmada entre Brasil-Argentina-Uruguaí contra a emergente economia sul-americana da época, o Paraguai. Finda a guerra, a situação é “normalizada” e os remanescentes nativos passam a ter como maiores adversários às suas terras e culturas os atores dominantes coloniais.

¹⁶ Consideramo-la Real por assumir desenhos peculiares, em meio ao sentido dúbio que detém a Identidade: resultar de processo tempo-espacial por todos vivenciados e revestir-se de elementos imagéticos urdidos pelos dominadores.

Para Harvey (1993, p. 199 e 198), “As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade”.

Calhou de estar em marcha outro processo. A lastrear a dinâmica, as ações do governo, incisivas no pós-1940, para conduzir as rédeas da colonização. A *Marcha para o Oeste* não somente conectava os rincões ilhados economicamente ao mercado nacional como os abrigava sob o vetor urbano-industrial.

A brasilidade dilatava-se, sacudida pela reorganização econômica, aniquilando identidades independentes.

As sequelas foram variadas. Sobre os nativos recaíram o desaldeamento e a destribalização para o encurralamento em reservas, sob um “retribalizar” nada aleatório, exatamente para açodar a inserção nos parâmetros da civilidade nacional. Sobre os trabalhadores recaíram distinções legislativas (os do campo conheceram a regulação do mundo do trabalho mais tarde que os cidadãos, para ficarmos com este exemplo).

Digladiaram-se *aldeias locais* e *Aldeia Global*. Os outros, o nós e o eu.

Nas aldeias locais, a desterritorialização apregoou fim. Acentuou-a a desaculturação. A terra deixou de ser mãe. O capitalismo queria-a madrasta. Tomar-lhes a terra significa afanar a vida, assaltar aos deuses, abalar a cultura, trincar a ossatura da identidade do ser erigido ao longo dos tempos nos lugares, na relação homem-grupo-espaço-tempo-cotidiano. Muitos autóctones estão como qualquer outro desprovido, sem terra (descampesinado pelo capital).

Lhufas, pensou o burguês. Chegou. Instalou-se. Usurpou-as. Submetendo-as a seus objetivos. Coligando homens ao trabalho abstrato.

Hoje, carecem *nós* e os *outros* de terras. O outro com a terra reproduzia o seu gênero de vida, nunca restrito ao quintal ou à moradia, mas a um habitat preñado de matas e rios (eis a justificativa da necessidade material-imaterial que sentem em relação à conservação-preservação da instância-dimensão qualitativa-quantitativa do *tekoha*).

Tal como Simmel (1998, p. 3 e 7) aferia a importância das ruínas às sociedades submetidas a grandes mudanças e tanto quanto os Makarius (1968) acreditavam na importância do fato totêmico para quem o experimenta, entendemos que o ser apega-se a formas e conteúdos espaciais para alicerçar a identidade.

O modo de produção pôs-se em marcha. Seu fim não será outro que o esfacelamento social, a ruína objetiva e subjetiva da identidade (dos *outros* e dos desafortunados: sem terra, sem salário, sem renda, sem esperança, sem real liberdade, etc.).

Verdade que a relação capitalista submete também aos poderosos. Não se enganam completamente os que dizem que o imaginário da dominação a todos alcança. Não obstante, é imprescindível que empreendamos uma análise aprofundada sobre as situações que os sujeitos fruem, conforme a posição ocupada na mesa ovalada do poder para avaliar o estado da subsunção. Temos de diferenciar os que se fartam de liberdade de ação dos que ficam à margem da mesa, perto do chão, esperando pela queda de oportunidades do céu do poder. Devemos apreender o porquê de rodearem a mesa. Há os que apostam na troca de cadeiras. Os que desejam uma ponta no poder ou no colo de quem a ocupa (clientelismo, nepotismo, etc.). Há os localizados na cabeceira: os que, empanturrados de posses e influências, sentem-senulos ao final da vida. Durante a vida acreditam deliciar-se com as projeções mercantis da felicidade. A realização do plano material, por mais farta e duradoura que pareça, vem de fora, pronta e embalada e, por mais densa que seja a ideologia, nem sempre preenche a interioridade do ser. Há irrigação de pseudorealizações consumistas, narcisistas, desrealizantes; deixam a seca sementes subjetivas que podem, ao fim da vida, singrar a superfície da consciência, plantando no cérebro e na carne toda uma árvore de ausências. Contudo, sobre a burguesia deverá recair a ofensiva dos famintos (por direitos, éticos e estéticos, de pão e beleza). É ela quem mais se beneficia na mesa da exploração, forrada com a toalha gasta da pseudojusta comunhão.

A cura a doenças sociais e ambientais¹⁷ passa pela catarse revolucionária.

É vital uma retotalização cognitiva e praxista.

PALAVRAS FINAIS (SOBRE O BREJO E A BRECHA)

A cura central é socioambiental. Pan-revolucionária.

É preciso, como faziam os antigos gregos estudiosos do corpo e

¹⁷A AIDS e a hepatite, por exemplo, expandiram-se na África e noutras partes do mundo pelo fabrico defeituoso (menos custoso) de injeções por empresas norte-americanas; e o câncer, quase ninguém duvida, cresce com a quimicização do *agronegócio*.

damedicina, reaver a visão integralista do Homem, ofuscada pelo idealismo e cartesianismo, incapazes de refazer a viagem à totalidade. É preciso reatar a unidade nos mais diversos níveis: intrahumano (em termos físico-biológicos – neuronal, imunológico, etc. –, psíquico – apaziguando ego e superego, etc.), intersocial (homem-homem enação-nação, rachados, respectivamente, pelas classes e pela lei do desenvolvimento desigual e combinado) e internexal (homem-meio, homem-natureza)¹⁸.

Afinal, é o capital¹⁹ o proprietário-mor (explorador de terras, céus e mares), a praga ambiental de gafanhotos, o machista de plantão, o estuprador da infância, o espancador da velhice...

Eis o predicado da necessidade da transformação radical. Não importa que sejam demoradas as caminhadas pelo brejo classista e estreitas as brechas das veredas alternativas.

A teia econômica serve para conformar a cultura, que incessantemente reinventa neo(des)identidades.

Estão armados os embates. No contexto de gerência global do capital, florescem antagonismos. A neo(des)identidade (índia, não índia, negra, feminina...) sangra com as injeções ideológicas do modo de vida/morte reinante.

A cognoscibilidade do ser é gravemente atacada. Em andamento o processo hegemônico de homogeneização fragmentária que, não conseguindo eximir-se das diferenças (difer-entre), coopta as singularidades à reprodução econômica.

A estranheza do homem com o mundo leva-o à desesperança, ao tédio, à náusea e absurdidade (SARTE, 1999).

A ruína das ligaduras temporal e espacial atine à perda identitária. O ser tem a vida manifesta em cacos e as ações tornam-se espectros indiferenciados da noite em que se transformara a existência.

Das cinzas da inércia sociogeográfica poderá, dialeticamente, renascer a Fênix. E a contrarregião será o resultado identitário da geograficidade do contrapoder classista.

Por isso da *volta para o princípio* da curvatura da História.

¹⁸É necessário levar adiante o estudo marxista da dialética (natural e social), evitando naturalismos e determinismos (que seduziram inúmeras vezes ao próprio Engels).

¹⁹O capital é aqui entendido como uma relação social e não apenas como um sistema de objetos.

A odisseia pela teoria geral da identidade requer que nos lancemos ao encaicho da dialética social-natural: a verdadeira mola ao avanço civilizacional. Só que desta vez... em espiral.

REFERÊNCIAS

BIHR, Alan. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.

CHAUÍ, Marilena. O mau encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 455-473.

GONÇALVES, Marcelino de Andrade; RIBEIRO, Júlio César. Região. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, v. 2, nº 17, p. 79-97, 2001.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Ipiranga: Loyola, 1993.

IANNI, Otávio. Sociedade global, história e transculturação. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 43-65.

LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAKARIUS, Raul; MAKARIUS, Laura. Etnologia e estruturalismo. *Debate sobre o estruturalismo*. São Paulo: Documentos, p. 109-127, 1968.

MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à razão informal*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In _____. *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 7-41.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar. *Revista Ciência Geográfica*. Bauru: AGB, nº 6, 1995.

_____. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2008.

PAULO NETTO, José (org.). Nota sobre o Estado. In: *Engels*. São Paulo: Ática, 1981, p. 194-198.

RIBEIRO, Júlio César. A nova heterogeneidade da classe para si como contraponto à heterodoxia da classe em si. *Anais da X Jornada do Trabalho*. Presidente Prudente: UNESP, p. 110-114, 2009.

_____. Desnacionalizações nativas e “renacionalização” hegemônica. *Anais do Simpósio Internacional de História*. Três Lagoas: UFMS, p. 903-913, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. Os tempos modernos – Apresentação. In: BASTOS, Elide

Rugai; RÉGO, Walquíria D. Leão. (orgs.). *Intelectuais e política*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 127-145.

SILVA, Joana A. Fernandes. *Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*. Campinas: UNICAMP, 1982 (Dissertação de Mestrado).

SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998, p. 137-144.

STEFFAN, Heinz Dieterich. Sociedade global – Identidade colonial. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingues (orgs.). *Os 500 anos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 69-82.

ZORZATO, Osvaldo. “Civilizadores de índios”. *Fronteiras*. Campo Grande: UFMS, v. 2, nº 4, p. 171-202, jul./dez. 1998.